



A OBSTRUÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS E DA EXISTÊNCIA VIA PRECARIZAÇÃO E DÉFICIT HABITACIONAL

*Obstruction of social rights and existence through
precariousness and housing deficit*

Ana Carolina de Oliveira Marques

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

carol.geografia@hotmail.com

Fernando Uhlmann Soares

Instituto Federal Goiano (IFGoiano)

fernando.soares@ifgoiano.edu.br

Gabriela Ruales Orbes

gabyru87@hotmail.com

Resumo: A moradia é portal de acesso a outros direitos sociais. A precarização e o déficit habitacional impedem que direitos, tais como o acesso à educação e aos serviços públicos de saúde, sejam efetivados. Na disputa que se interpõe, Estado, corporações e movimentos sociais conferem distintos sentidos à moradia, desde esfera de acumulação capitalista, ato cultural a condição essencial da existência humana. Neste texto, compartilha-se um retrato do déficit habitacional no Brasil e como os geógrafos têm pautado o tema. Para isso, analisou-se os grupos de pesquisa cadastrados no CNPq (2016), assim como resultados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) e documentos da ONU-Habitat.

Palavras-chave: esfera de acumulação, direitos sociais, existência.

Abstract: The housing is a gateway for access to other social rights. The housing deficit and precariousness prevent rights such as access to education and public health services. In the dispute among The State, corporations and social movements confer different meanings on housing, like capitalist accumulation processes, cultural act, the essential condition of human existence. This paper shares a portrait of the housing deficit in Brazil and how geographers have guided the theme. For this, we analyzed there search groups registered in the Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq (2016), as well as there sults of the Pesquisas Nacionais Amostra de Domicilio (PNAD), prepared by the Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014) and ONU Habitat documents.

Key-words: sphere of accumulation, social rights, existence.

Introdução

No III Colóquio Habitat e Cidadania: Habitação no Campo, nas Águas e nas Florestas, sediado na Universidade de Brasília – UNB (2015), a liderança indígena Ailton Krenak reclamou um outro olhar para a habitação, diferente daquele que submete a temática à esfera das políticas públicas de construção de casas. Para Krenak, o habitat indígena extrapola o edifício, avança para as florestas, os rios, as serras, os ventos. Habitat, território e existência se (con)fundem.

Um paralelo à declaração de Krenak pode ser estabelecido com a reportagem de Eliane Brum: “Casa é onde não tem fome” (EL PAÍS, 2016). A jornalista relata o drama de ribeirinhos expulsos pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará. Sua narrativa desnuda a violência da desterritorialização induzida. Expulsos da ilha, os ribeirinhos perdem seus referenciais de (sobre)vivência. O trabalho – a pesca – sobre o qual edificaram suas existências, viu-se inviabilizado. Compelidos a viverem cercados por quatro paredes, imersos compulsoriamente na sociedade de consumo, os desterrados temem o futuro dos seus, sobretudo das crianças.

Na macropolítica, a moradia ganha outros sentidos. Não necessariamente lugar da existência, ato cultural, arcabouço de saberes e sabores acumulados por gerações. Apresenta-se como esfera de acumulação, saída para a última crise do sistema capitalista via financeirização da moradia. Alguns resultados dessa política nefasta que desconsidera a moradia enquanto fundamento da existência são apresentados neste texto.

Inicia-se pela exposição do problema habitacional no Brasil, com os dados e tendências espaciais do fenômeno. Segue-se com o contraponto: as lutas sociais no campo da moradia no estado de Goiás. Por fim, adentra-se ao universo dos grupos de pesquisa em geografia (CNPq, 2016), que tangenciam a temática da moradia.

Moradia: esfera de acumulação

O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos, ONU-Habitat, por meio do documento “Estado de las ciudades de América Latina y Caribe 2012”, lançou reflexões acerca do problema social da habitação na contemporaneidade.

Os desafios são muitos diante de uma região que comporta 111 milhões de pessoas em habitats precários, assim classificados pela deficiência de “edificações de natureza permanente, acesso à água potável em quantidade e a preços razoáveis, saneamento básico adequado e segurança ambiental” (ONU-HABITAT, 2015 p. 64).

No caso do Brasil, o índice que aponta para um total de 250 habitações para cada 1000 brasileiros atenua o problema. Isto porque, num país onde 30% da população urbana vive em regiões periféricas, com elevado índice de concentração de renda, problemas sociais como a gravidez na adolescência, o analfabetismo funcional e absoluto, a estrutura familiar e a qualidade da habitação são legendas elementares, não consideradas nesse índice (ONU-HABITAT, 2012).

Os dados que caracterizam a questão habitacional no Brasil advêm das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Possuem basicamente duas linhas de canalização dos dados: o diagnóstico do déficit habitacional e o diagnóstico da inadequação dos domicílios.

Tem papel fundamental no aporte conceitual de tais pesquisas, a Fundação João Pinheiro. Em material publicado em 2016, a FJP esclarece o conceito de déficit habitacional:

o conceito de déficit habitacional utilizado está ligado diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. O déficit habitacional pode ser entendido, portanto, como déficit por reposição de estoque e déficit por incremento de estoque.(FJP, 2016 p. 18).

Configuram-se como subcomponentes do déficit habitacional: domicílios improvisados, domicílios rústicos, coabitação familiar, domicílios com adensamento excessivo e ônus excessivo com aluguel.

Os domicílios improvisados equivalem “a todos os locais e imóveis sem fins residenciais e lugares que servem como moradia alternativa” (FJP, 2016 p. 19). Os moradores de rua constituem uma modalidade de residentes de domicílios improvisados.

Os domicílios rústicos são aqueles “sem paredes de alvenaria ou madeira aparelhada” (FJP, 2016 p. 19). Entram nessa categoria as casas de pau-a-pique ou taipa de mão, comuns nas unidades camponesas no Brasil.

A coabitação familiar refere-se ao compartilhamento de domicílio por mais de uma família, porém com o interesse de uma delas em obter um domicílio exclusivo. Diferente dos domicílios com adensamento excessivo que pressupõem a coabitação de mais de três pessoas por cômodo.

Por fim, o ônus excessivo com aluguel, quando do comprometimento de 30% ou mais da renda domiciliar com a locação do imóvel.

Um apanhado geral das informações contidas no relatório elaborado pela Fundação, no período de 2013 a 2014, revela:

1. Os dados oficiais apontam para um déficit habitacional no Brasil de 6,068 milhões de unidades, das quais 85,7% correspondem ao déficit habitacional urbano;
2. O déficit habitacional rural vem sofrendo uma diminuição – de 2013 a 2014 reduziu em quase 100 mil unidades;
3. A região Sudeste concentra 40% do déficit do país, correspondendo a 2,425 milhões de unidades;
4. As nove áreas metropolitanas do país respondem por 28% das carências habitacionais – mais de 11 milhões de pessoas vivem nas mais de 15 mil favelas brasileiras;
5. O déficit habitacional rural tem peso elevado nas regiões Norte (22%) e Nordeste do Brasil (30,8%);
6. O estado do Maranhão possui o maior déficit do país, seguido pelo estado de Minas Gerais;
7. As dificuldades de acesso à habitação no Brasil se concentram na faixa de renda domiciliar de até três salários-mínimos – faixa dificilmente contemplada nas políticas públicas de habitação;
8. É expressivo o montante de domicílios vagos, perfazendo, no ano pesquisado, um total de 7,241 milhões de unidades;
9. 79% dos domicílios vagos estão localizados em área urbana, assim como o ônus excessivo com aluguel e os domicílios com adensamento excessivo;

10. Mais da metade (507 mil unidades) das habitações precárias estão localizadas em áreas rurais – sobretudo no Nordeste e Norte brasileiros;

11. O componente de maior peso no déficit habitacional do Brasil é o ônus excessivo com aluguel; nesta condição, vivem aproximadamente 2,926 milhões de famílias;

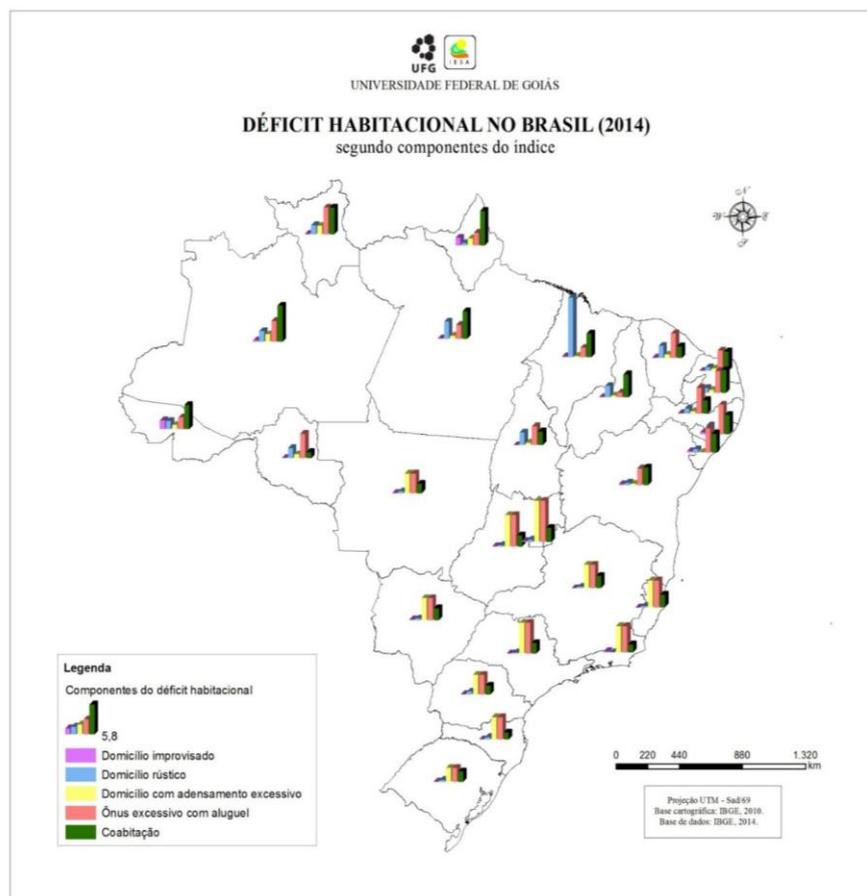
12. Resumo do percentual dos componentes do déficit habitacional no Brasil, no ano de 2014: (48,2%) ônus excessivo, (31,5%) coabitação familiar, (14,2%) habitação precária, (6%) adensamento excessivo dos domicílios alugados.

As informações revelam o perfil territorial e as classes mais atingidas pelo problema habitacional. Nos territórios rurais, a precariedade das habitações é, segundo a FJP, o principal problema. Nas cidades, os altos preços do aluguel multiplicam os domicílios superlotados. Em ambos, os mais pobres padecem a precarização e o déficit habitacionais.

Uma vez que o acesso à moradia digna é condição aos demais direitos sociais, logo, reconhece-se que o problema é de natureza estrutural. E, no Brasil, advém de uma desigualdade regional e social, histórica. A leitura dessa realidade não parece mais partir de uma hierarquia entre as regiões – onde o déficit existe em maior ou menor grau, e sim das especificidades que cada região apresenta dado às diferenças histórias de ocupação e o papel desempenhado na economia nacional.

Dessa forma, tem-se o Norte com a expressividade de vários componentes do déficit habitacional e o Sudeste com a concentração de domicílios com adensamento excessivo e ônus excessivo com aluguel (vide Mapa 1).

Mapa 1- Déficit habitacional no Brasil (2013-2014)



Cartografia digital: MARQUES, A. C. O. 2014.

De um lado, a ausência do Estado, conformando uma situação de miséria que impõe a migração com mecanismo de sobrevivência. Do outro, a ação do próprio Estado – junto às corporações – na marginalização desses trabalhadores, maioria migrante, nos grandes centros urbanos.

O quadro da habitação no Brasil retrata não só as condições de vida dos brasileiros – nem apenas o poder de consumo das famílias – mas a habitação como ferramenta política de manutenção da ordem socioeconômica instituída.

A arquiteta Raquel Rolnik, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e ex relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada, detalhou em seu último livro as estratégias geopolíticas traçadas para a instauração da habitação como novo ativo financeiro do capital. Tendência que destituiu a habitação da condição de bem social.

Segundo a arquiteta, fundamentada na teoria do geógrafo David Harvey, a transmutação da habitação em ativo financeiro teve início nos anos 1980, quando da crise dos sistemas de desenvolvimento fordistas. Nesse processo, a ideologia da casa própria cumpriu papel fundamental.

No contexto dos grandes projetos, “sejam eles de expansão da infraestrutura e desenvolvimento urbano, sejam de reconstrução pós-desastres” (ROLNIK, 2015 p. 13), agiu-se no desinvestimento de todas as formas de relacionamento com o território habitado não pautadas na “propriedade privada individual escriturada”. A partir daí, reduziu-se os vínculos com o território ao seu valor econômico.

Apelar à conversão da habitação pública e social em ativo financeiro, afirmando um problema habitacional como questão de finanças, foi a medida adotada por governos das mais distintas orientações políticas. As denúncias que Rolnik (2015) traz em seu livro abrangem não só países de economias neoliberais, mas a maioria dos países ex-socialistas e comunistas, a exemplo da Estônia, da Eslovênia e da China. Nestes, mais de 75% do estoque habitacional diz respeito às casas próprias.

Ao longo do livro, Rolnik envereda em cada uma das medidas adotadas por Estados cada vez menos “provedores” de bem-estar social e mais “mediadores” de interesses empresariais. Trata ainda dos efeitos no tecido urbano, nas economias domésticas, no acesso aos bens e serviços sociais básicos, até mesmo nas subjetividades produzidas na condição de endividamento em que se encontra grande parte da classe média mundial.

A canalização dos fluxos de capital excedente sobre os imóveis residenciais tem também, portanto, uma dimensão vivida: as vidas hipotecadas ou a geração de homens e mulheres endividados, uma nova subjetividade produzida pelos mecanismos disciplinares que sujeitam a própria vida ao serviço da dívida. Isso ficou evidente quando a bolha estourou e os riscos e ônus recaíram sobre os endividados. Foram estes que, tendo sua existência expostas às oscilações do jogo especulativo das mercadorias fictícias, sofreram as consequências reais da crise: transformaram-se de endividados em sem-teto (ROLNIK, 2015 p. 41).

Microfinanciamento habitacional como expansão da fronteira do capital financeiro ao nicho dos mais pobres. Vacância de casas e apartamentos nas grandes cidades. Remoções forçadas sob o alibi de desastres ambientais ou grandes projetos – turísticos, por exemplo. Teorias que a autora elenca para evidenciar a insegurança da posse vivida pelas classes populares e o papel de teorias, índices e programas habitacionais na redução do problema a

um déficit no estoque de moradias. Como proposta, enfatiza a necessidade da articulação entre as políticas de habitação, a segurança da posse e a democratização da infraestrutura e serviços urbanos a partir de localizações estratégicas.

As lutas sociais no campo da moradia

No estado de Goiás, no que tange à questão da moradia, atuam, entre outros, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e o Movimento Camponês Popular (MCP).

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto é uma extensão do MST, criada em 1997, cuja bandeira central é a Reforma Urbana. É composto por trabalhadores de diferentes categorias (desempregados, temporários, terceirizados) que habitam as periferias do Brasil.

O caráter desigual da produção do espaço urbano, e a relação capital-trabalho, compõem o fundamento discursivo deste movimento, que aposta no “poder popular” para a conquista da autonomia dos povos.

Apesar de se identificar como um movimento pela moradia, o MTST reconhece a interface entre a moradia e outros direitos sociais:

O direito à moradia digna é uma bandeira central do nosso movimento. Mas não é única: o trabalhador que não tem acesso ao direito de morar dignamente - o sem teto - também não tem o direito à educação, ao atendimento de saúde, ao transporte coletivo, à infraestrutura básica em seu bairro e a muitas outras necessidades. (MTST, 2018).

A criação do MTST não esgotou o tema da moradia no interior do MST. Cabe a este, especialmente ao seu coletivo de produção, propor ações voltadas à moradia nos assentamentos de reforma agrária.

A ação do coletivo de produção do MST está centrada no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), instituído no âmbito do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, lançado no ano de 2009, porém só acessível aos beneficiários de reforma agrária em 2013.

Com subsídios à construção e reforma de casas, o PNHR é gerido pela Caixa Econômica Federal em parceria com as prefeituras municipais, sob a tutela do Ministério das Cidades. Para a execução do programa, há uma série de normativas que regulamentam o financiamento por faixa de renda, tamanho das casas, prioridades das contratações, procedimentos de construção e reforma.

Em nota divulgada no Jornal Sem Terra (MST, 2016), Luciene Silvestre expôs a concepção de moradia que fundamenta as ações do MST: a moradia é entendida como um aspecto de infraestrutura social, junto às escolas e às áreas de lazer. As condições de moradia aparecem como condicionantes da permanência das famílias nos assentamentos e de elevação da autoestima dos assentados.

O PNHR contempla também o Movimento Camponês Popular (MCP), instituído em 2008 no estado de Goiás. Representante de famílias camponesas, as principais bandeiras do movimento são: 1. Alimentação básica brasileira produzida pelo campesinato; 2. Estimular a produção e a adoção massiva de sementes, mudas e raças crioulas; 3. Criar territórios livres de transgênicos (ALVES, 2016).

No que tange à moradia, o MCP propõem o projeto “Moradia Camponesa”. O diferencial é que, segundo o próprio movimento, além da casa, o projeto lança-se à unidade camponesa como um todo: a produção de sementes crioulas, o melhoramento do pomar e de hortaliças, o embelezamento do jardim. Ações que promovem, entre outras coisas, a melhoria da renda da família (MCP, 2016).

Além do enfoque moradia-agricultura, o MCP ressalta o caráter emancipatório do processo de luta pela moradia, conforme as palavras de uma liderança orgânica do movimento:

Uma casa boa, de qualidade e que não seja uma "caixa de fósforo" e onde as famílias de fato participem do processo, a partir de suas organizações, interessa a todos os movimentos. A moradia construída pelas organizações custa menos, a qualidade é melhor e o povo não é apenas um beneficiário, ele se torna ator do processo, entende, participa, luta...(ALVES, MCP 2016).

Na ocasião da entrevista, Sandra Alves ressaltou o envolvimento e a emancipação das mulheres na luta pela moradia. Seus relatos revelam as relações de opressão das mulheres dentro mesmo dos espaços já consagrados da luta. Aliás, desconstruir o patriarcado tem sido uma pauta recorrente em movimentos sociais na América Latina,.

As correlações mencionadas entre moradia e produção agrícola, moradia e gênero colocam a moradia em interação com outras lutas sociais. Como “portal” de acesso aos demais direitos sociais – educação, saúde, trabalho, segurança, transporte –, como disse Rolnik (2016) em entrevista concedida ao Programa Ordem do Dia, a moradia extrapola a função imediata do morar – comer, dormir, alimentar-se, higienizar-se, cozinhar. Por isso,

multiplicam-se os movimentos sociais que, na luta pela moradia, reivindicam o direito à cidade, ao campo, à cidadania, à justiça social.

Souza (2015) ao tratar das novas espacialidades das lutas sociais nas cidades, afirma o potencial integrador de alguns dos “novos movimentos” – cujas agendas não estão centralizadas na produção:

Se a cidade (e o espaço social em geral) e a sua transformação não podem passar ao largo da produção, daí não se deve deduzir que “a cidade começa na fábrica”, e muito menos que o conjunto das resistências que não se vinculem diretamente à produção seja de somenos importância ou simples “diversionismos”. Os espaços sociais concretos, como referências de mobilização, organização e (re)construção de agendas, só serão um estorvo se assim permitirmos, em vez do trunfo que poderiam ser, rumo a articulações (multiescalares!) das esferas da vida e das frentes de agendas da luta (2015 p. 214).

Esses novos movimentos sociais, ou movimentos culturais como preferem alguns autores, têm agregado sujeitos a partir da temática da moradia. Apresentam, como mostra Souza (2015) peculiaridades novas, como a tendência autogestionária. Dessa forma, desafiam estudiosos ortodoxos, ao colocar como protagonista o hiperpreariado ou, como é denominado por marxistas clássicos: lumpemproletariado.

A temática da moradia na Geografia

No esforço de compreender como os geógrafos têm se aproximado do estudo da moradia, elaborou-se um mapa dos grupos de pesquisa (mapa 2) que tangenciam a temática. A busca se deu por palavra (moradia) no título, nas linhas de pesquisa e nas palavras-chaves.



Mapa 2 - Grupos de pesquisa em Geografia com a temática "Moradia"

Apenas em 6 (seis) grupos de pesquisa com cadastro atualizados no CNPq, há a palavra “moradia” nos campos considerados (título, linhas de pesquisa e palavras-chaves). Nenhum grupo com as palavras “morada” ou “*habitat*”, e apenas 2 (dois) com a palavra “casa” (CNPq, 2016).

Nota-se que a metrópole é o espaço de relações predominante nessas pesquisas, concentradas no Sul e Sudeste brasileiros. Evocam com frequência a produção do espaço urbano, o acesso aos serviços sociais, o direito à cidade, as contradições da urbanização tal como se realiza no Brasil. A temática da moradia cresce em visibilidade à medida da própria acentuação do problema nos centros urbanos.

Em posições marginais, destacam-se dois grupos lançados à compreensão da moradia frente às novas relações campo-cidade, a saber: “Globalização, agricultura e urbanização” e

“Geo-grafias da Zona da Mata Mineira”, coordenados, respectivamente, pelas professoras Denise de Souza Elias (UFC) e Maria Lucia Pires Menezes (UFJF).

Apesar de ausente no mapa, cresce também no Brasil uma vertente fenomenológica de estudo da moradia, com ênfase no “habitar”, a exemplo do texto “Insegurança existencial e Vulnerabilidade no Habitar Metropolitano”, de autoria de Eduardo Marandola Jr. (2006), que testemunha a influência do existencialismo-fenomenológico na Geografia contemporânea. Além de Heidegger (1954), a obra de Gaston Bachelard (1993) em muito influencia os textos que compartilham essa vontade de transcendência, percebida, nas palavras desta autora:

O habitar surge como a própria condição essencial da existência humana, anterior, portanto, a toda arquitetura: *habitar* é habitar o mundo, *ser* no mundo, existir. Circunstância relativa à satisfação das condições psicofisiológicas do ser humano, de seu *ser* como indivíduo e parte integrante do grupo social. (FELIPPE, 2015 p. 301)

Lançando o habitar como questão existencial, esses estudos apontam as limitações de uma leitura encarcerada na luta de classe e reclamam os processos de singularização que emergem das experiências sociais concretas.

Desde o campo da economia política – esfera de acumulação – às reflexões de cunho filosófico-existencialista, o morar/habitar povoa as pautas de movimentos sociais e cientistas que apontam a moradia como um reflexo do processo de segregação social e fragmentação do sujeito contemporâneo. Não só os direitos sociais são ameaçados, mas a integridade da existência enfrenta hoje a precarização e o déficit habitacional. À concentração de renda, de terras, soma-se a concentração dos imóveis e do próprio direito de morar dignamente.

Considerações finais

A escala macropolítica da moradia descortina a habitação como instrumento de controle territorial em escala mundial. A produção da pobreza, do analfabetismo, da fome, da doença, da violência passa, por conseguinte, à regulação do acesso e à precarização da moradia. Em outras palavras, a moradia se afirma enquanto categoria instrumental a serviço dos Estados e das grandes corporações na manutenção das desigualdades sociais.

Pautados em grupos de pesquisa ou estudos individuais, geógrafos e não geógrafos se aproximam do tema da moradia e do morar a partir de orientações teórico-metodológicas distintas.

A realidade e os movimentos sociais evocam “novos desafios” à questão da moradia, reclamando à ciência – e isso independe da orientação metodológica – respostas às transformações econômicas, políticas, demográficas, culturais, subjetivas que afligem sujeitos e grupos sociais. Essas respostas têm sido elaboradas por pesquisadores em diversos campos do conhecimento e, por mais distantes que pareçam, estão entrelaçadas numa ordem global que atua em escala “molar e molecular” (GUATTARI & ROLNIK, 1986).

Referências

ALVES, Sandra. **Liderança do Movimento Camponês Popular**. Entrevista concedida a Ana Carolina de Oliveira Marques, Goiânia, junho de 2016.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRASIL, **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** – CNPq. Diretório de grupos de pesquisa, 2016. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp>. Acesso em: jan. 2017.

BRASÍLIA. **III Colóquio Habitat e Cidadania**: habitação no campo, nas águas nas florestas. Brasília – Distrito Federal, 12 a 15 de maio de 2015.

FELIPPE, Maíra Longhinotti. Casa: uma poética da terceira pele. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 299-308, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n2/10.pdf>. Acesso em: fev. 2015.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Centro de Estatística e Informações Déficit habitacional no Brasil 2013-2014** / Fundação João Pinheiro. Centro de Estatística e Informações – Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/informativos-cei-eventuais/634-deficit-habitacional-06-09-2016/file>. Acesso em: set. 2017.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4 ed.– Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, 1986.

HEIDEGGER, Martin. Habitar, construir, pensar. In: **Ensaio e conferências**, 1954.

IBGE (Brasil). **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Brasil em síntese. Disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/habitacao.html>. Acesso em: jan. 2014.

MARANDOLA JR. E. Insegurança Existencial e Vulnerabilidade no HabitarMetropolitano. **III Encontro da ANPPAS**. 23 a 26 de maio de 2006. Brasília-DF. Disponível em:

http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3arquivos/TA89-13032006-230738.PDF.
Acesso em: nov. 2016.

MISNEROVICZ, José Valdir. **Liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra** Entrevista concedida a Ana Carolina de Oliveira Marques. Itapuranga, março de 2017.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **MST**. Disponível em: mst.org.br. Acesso em: jul. 2016.

Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. **MTST**. As linhas políticas do MTST. Disponível em: <http://www.mtst.org/quem-somos/as-linhas-politicas-do-mtst/>. Acesso em: ago. 2018.

ONU-HABITAT (Nações Unidas). **Relatório das cidades latino-americanas e caribenhasa. Programa das Nações Unidas para os assentamentos humanos** - ONU-HABITAT. 2012. Disponível em: www.onuhabitat.org/index.php?option=com_docman&task. Acesso em: fev. 2015.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

SOUZA, Marcelo L. **Dos espaços de controle aos territórios dissidentes**. – 1ªed. Rio de Janeiro (RJ): Editora Consequência, 2015.

Sobre as autoras e o autor

Ana Carolina de Oliveira Marques

Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA/UFG). Docente no Curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás/Campus Itapuranga. 1ª Secretária da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB/Seção Goiânia). Coordenadora Adjunta do Programa de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e Empreendimentos Solidários (PROSOL/UEG). Áreas de interesse: economia solidária, educação popular, cartografia crítica.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0307241378042814>

Fernando Uhlmann Soares

Professor Efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Rio Verde/GO. Coordenador do Laboratório de Inteligência Geográfica (LABIG). Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestre em Geoprocessamento pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/2008) e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel/2001). Atua nas áreas de Geoprocessamento, Sistemas de Informações Geográficas (SIG), Planejamento Territorial, Meio Ambiente e Políticas Públicas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2422679205433320>

Gabriela Ruales Orbes

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Paraná (2013) e pós-graduação em Geoografia pela Universidade Federal de Goiás (2017). Trabalhou como Pesquisadora de Iniciação Científica, bolsista UFPR/TN, no projeto "Os Sistemas De Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil ? O caso da RM de Curitiba". Bolsista de mestrado da OEA_GCUB 2015-2017. Trabalha nas áreas de Planejamento Urbano, Políticas Públicas e Arquitetura Paisagística. Trabalhou como prestadora de serviços no "Municipio del Distrito Metropolitano de Quito- Ecuador", dentro do projeto "Regula tu Casa" nos bairros populares de Quito, entre os anos de 2013-2014.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9536241133381830>

Artigo Recebido em Agosto de 2018.
Artigo aceito para publicação em Dezembro de 2018.